



Análise de Mídia

Nº 01 (agosto-outubro/2004)

Realização:



Piores Formas de Trabalho Infantil

Agricultura Familiar

Exploração Sexual Comercial

Trabalho Infantil Doméstico

Trabalho Infantil Urbano

Tráfico e Plantio de Drogas

Leia nesta edição:

Cobertura

Matérias sobre trabalho infantil causam impacto mas têm evolução irregular

P. 02

Peti

Análise confirma destaque da mídia às políticas compensatórias

P. 04

Caravana

Mobilização chama a atenção dos veículos de comunicação por onde passa

P. 10

Índice

Evolução do tema	02
Análise trimestral	04
Destaques	07
Caravana Nacional	10
Trabalho Doméstico	14
Exploração Sexual	15
Busca de Soluções	18
Recomendações	19

Apresentação

Este é a primeira de uma série de sete publicações, com periodicidade trimestral, que analisa como a mídia impressa brasileira trata os temas relacionados à exploração do trabalho de crianças e adolescentes, principalmente em suas piores formas. Esta edição cobre o período entre 22 de julho e 5 de outubro de 2004. Foram pesquisadas 535 matérias e reportagens, de cerca de 80 veículos de todo país.

A análise integra uma série de estratégias de comunicação que visa alertar e sensibilizar mídia e sociedade para a questão, que afeta milhares de meninas e meninos em nosso País: a exploração da mão-de-obra infantil. A idéia é, nos próximos meses, dar às fontes de informação – pessoas envolvidas com a questão – elementos que contribuam para facilitar as intervenções e o diálogo com a mídia. Também será enviada a jornalistas, de forma a que possam tomar conhecimento dos parâmetros qualificadores da informação. Assim, será possível contribuir com a erradicação das piores formas de trabalho infantil, um compromisso do Estado brasileiro, e, portanto, de todos nós.

Além de analisar o conteúdo das matérias, esta publicação trará recomendações para fontes e jornalistas, além de resumos das principais notícias do período. E, nesta primeira edição, de forma sintética, apresentamos uma avaliação de como a questão vem sendo tratada pela imprensa nos últimos anos.

Cobertura do trabalho infantil: impacto e evolução irregular

O trabalho realizado por crianças e adolescentes é hoje tema de grande impacto na mídia impressa brasileira. Embora a presença do assunto nas páginas dos jornais e revistas tenha uma evolução irregular – dados da pesquisa *Infância na Mídia**, publicação anual editada pela ANDI desde 1996, que acompanha como os principais jornais e revistas do País dedicam espaço a temas relativos à criança e ao adolescente –, reportagens sobre Exploração do Trabalho Infantil têm obtido grande destaque. Além de manchetes nas primeiras páginas, as fotos que registram as atividades irregulares realizadas por meninos e meninas também contribuem para chamar a atenção e sensibilizar não só o público que recebe as informações, mas os próprios profissionais da imprensa.

*A pesquisa *Infância na Mídia* é resultado do acompanhamento diário, pela ANDI e agências que compõem a Rede ANDI de Comunicadores pelos direitos da Criança e do Adolescente, de um total de 61 jornais, de 25 unidades da federação, e de 10 revistas de circulação nacional. O monitoramento se inicia com a busca dos textos jornalísticos que contenham questões relativas à infância e adolescência. Em seguida, são classificados: identifica-se o assunto central (Exploração do Trabalho ou Educação, por exemplo) e características gerais – tipo de texto (reportagem, artigo, entrevista) e ótica de abordagem (denúncia ou remete às soluções).

Nos últimos anos, a mídia – num movimento que transpôs a cobertura da infância e da adolescência excluía (antes relegada à seção policial) para páginas em que se discutem direitos – tem ligado a questão ao tema Educação, como sendo esta uma medida eficaz para evitar o trabalho infantil, a partir de ações governamentais e do trabalho de ONGs. Iniciativas como a criação da Bolsa-Escola no Distrito Federal, em 1998, experiência inovadora que seria adotada pelo governo federal, e a realização, no mesmo ano, da *Marcha Global contra o Trabalho Infantil*, pautaram a mídia, com impacto.

No ano seguinte, 43% do noticiário sobre a Exploração do Trabalho Infantil vai além da denúncia: apresenta experiências bem sucedidas – o que a ANDI convencionou chamar de enfoque de *Busca de Soluções* – responsáveis pela transformação da vida de milhares de crianças e adolescentes. A imprensa tornava-se, a partir daquele momento, uma espécie de “aliada” dos projetos que visam combater o problema. Iniciativas do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de organizações como a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança repercutiram satisfatoriamente.

Em 2000, a campanha *Criança no Lixo, Nunca Mais*, parceria do Unicef com entidades governamentais e não-governamentais, reforçava a presença do tema Trabalho Infantil na pauta nos jornais. Em 2001, foi a vez do lançamento do programa Bolsa-Escola, em todo o País, que garantiu visibilidade ao tema.

A pesquisa realizada em jornais e revistas ao longo de 2002 mostrou que, apesar de o problema persistir, sua cobertura terminou enfraquecida em termos numéricos, caindo do 7º para o 12º lugar, entre os 21 temas pesquisados naquele ano. De um total de 93.581 reportagens relativas à infância e adolescência publicadas em 50 jornais brasileiros, a questão representou cerca de 1,5%, ou 1.416 matérias. Para se ter uma idéia, o tema Educação, campeão do *ranking*, representou 24,5% do total.

Contudo, a partir daquele período (2002), houve uma vitória: a introdução, na pauta da imprensa brasileira, da discussão sobre o Trabalho Infantil Doméstico, assunto que até então era praticamente oculto, como é a própria atividade. Uma ação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em parceria com a ANDI e a Fundação Abrinq e com apoio do Unicef e da Save the Children Reino Unido, foi responsável pela “descoberta” do tema pelos jornalistas.

Exploração Sexual Comercial

A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, na pesquisa *Infância na Mídia*, é tratada como um tema à parte da Exploração do Trabalho Infantil, e é analisada junto com o abuso e outras formas de violência sexual. Apesar de não ser objeto de grande presença no noticiário, recebe da mídia brasileira cobertura qualitativamente superior à dada a outros tipos de violação.

Uma análise especial realizada pela ANDI verificou a preocupação da mídia em investigar a real dimensão do problema. Fontes diversificadas, indicadores, análise das causas e possíveis soluções, além de menção às políticas públicas foram

pontos positivos apontados. Já, a imprecisão das estatísticas, o grande número de matérias que contam com a polícia como principal fonte de informação e a ausência de uma abordagem sobre o sistema legal de proteção aos direitos da infância e da adolescência foram os principais problemas apontados.

Uma iniciativa da ANDI, em parceria com o Instituto WCF Brasil, e com o apoio do Unicef, OIT, Fenaj e Abraji, o *Concurso Tim Lopes*, premia projetos de investigação jornalística sobre o abuso e a exploração sexual, com objetivo de incentivar a abordagem correta e cuidadosa do tema, sempre buscando apontar saídas ou fornecer o caminho ao público de como denunciar.

Ao longo dos anos de 2000 e 2001, a ANDI e as agências que compõem a Rede ANDI promoveram encontros de repórteres e fontes de informação com o objetivo de que estreitassem o diálogo e elaborassem recomendações para qualificar o noticiário sobre a questão. Os resultados da análise de mídia e as recomendações estão no livro *O Grito dos Inocentes - Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*, da série Mídia e Mobilização Social. O volume foi editado pela ANDI, em parceria com o Unicef, Instituto WCF Brasil e a Editora Cortez.

Além disso, ações do governo – como o *Projeto Sentinela* – e da sociedade brasileira estimularam o debate em torno do assunto na imprensa. Governo e sociedade também passaram a se mobilizar, com grande repercussão na mídia, em torno do *Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* (18 de maio).

Posição	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
1º							
2º							
3º							
4º							
5º							
6º	****	****					
7º						****	
8º							
9º					****		
10º			****	****			
11º							
12º							****

As posições do tema **Exploração do Trabalho Infantil** variaram do sexto ao 12º lugar ao longo das edições da pesquisa *Infância na Mídia*. Na média, entre 1996 e 2002, o assunto ocupou a 10ª posição, considerando somente o número de matérias publicadas, sem a analisar a qualidade do material.

Das 535 reportagens sobre trabalho infantil, publicadas pela mídia impressa brasileira entre 22 de julho e 5 de outubro de 2004, 20% tratam de questões relacionadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Essa tendência confirma os dados de pesquisa cujos resultados estão incluídos no livro *Crianças Invisíveis* (ANDI/OIT/Unicef/Editora Cortez), lançado em 2003. O estudo já apontava essa concentração de matérias jornalísticas relacionadas à política compensatória governamental, muitas vezes em detrimento de investigações mais profundas sobre crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

O aumento do número de bolsas e a chegada das verbas do Peti, ou seja, a questão “material”, domina boa parte do noticiário. Nesse caso, as fontes são quase sempre as oficiais (do governo). Contudo, a mídia começa a olhar a questão um pouco mais criticamente, denunciando importantes problemas que afetam o programa. Crianças inscritas que deveriam permanecer na escola voltam ao trabalho; o valor da bolsa é menor que o rendimento no trabalho (o que pode estimular o retorno); o descumprimento de regras para inscrições, e o desvio de recursos, ainda que timidamente abordadas, são questões que já fazem parte do noticiário.

Uma novidade que merece destaque é a inter-relação de temas, pois demonstra capacidade dos jornalistas de contribuir para um aprofundamento da discussão das políticas do setor. Alguns exemplos desse enfoque são o debate sobre a falta de registro civil que impede a entrada de crianças no Peti, mesmo cumprindo as demais exigências, e a evasão escolar ocasionada pelo trabalho infantil. Ou seja, a imprensa se aproxima mais da realidade, já que todos esses assuntos estão interligados numa mesma cadeia de causa-efeito.

Piores Formas do Trabalho Infantil

Trabalho Informal Urbano

Dentre todo o material publicado, chama a atenção a presença de matérias tratando do **Trabalho Informal Urbano** que, apesar da pequena quantidade (cerca de 6,5% do total do período), receberam um tratamento diferenciado: os repórteres procuram ir mais fundo no assunto, trazendo inclusive exemplos de como a questão vem sendo combatida. Neste caso, também aparece o Peti como uma possível solução.

Um problema desse tipo de reportagem é a “exposição de crianças”. As fotos funcionam como “provas” de que a situação é real. Por isso, é comum a publicação de retratos de meninos e meninas nas mais diversas situações de trabalho irregular, sem a menor preocupação de evitar mostrá-los em cenas constrangedoras, humilhantes ou até mesmo de colocá-los em risco de sofrer represálias. Alguns veículos desconhecem completamente o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente a respeito desse assunto (Artigos 17 e 18). Outros, numa interpretação muito particular da lei, acreditam que é melhor não identificá-los e utilizam tarjas ou outros elementos gráficos para cobrir os olhos dos fotografados – prática também não recomendada por provocar uma leitura que pode incriminá-los e estigmatizá-los.

O que fazer nesses casos? Apesar do que está disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, a questão gera controvérsias. Os próprios atores envolvidos mais diretamente com o tema não têm uma opinião consensual.

Durante as *Oficinas de Capacitação de Fontes em Comunicação sobre as Piores Formas do Trabalho Infantil* (cinco eventos realizados pela ANDI/OIT entre setembro e novembro de 2004) a questão foi discutida, mas as opiniões são divergentes. Até mesmo integrantes do sistema de justiça defendem que a publicação de fotografias nas quais crianças aparecem em

situações de trabalho geram indignação e sensibilização, e podem contribuir para a transformação desse status.

Narcotráfico

Uma outra constatação, a partir da observação do material, é a diversidade geográfica das reportagens que citam o envolvimento de, principalmente, adolescentes com o **Narcotráfico**. Ao contrário do que possa parecer, o problema não está estampado apenas nas páginas publicadas no Rio de Janeiro, São Paulo ou áreas próximas. Há matérias (somam 8% do total) sobre o assunto em jornais de diversas regiões, como o Acre, Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí e Rondônia.

Mas, o enfoque é sempre policialesco e as reportagens (factuais) somente dão conta de mortes, prisões, apreensões, detenções por porte de droga (especialmente maconha), brigas pelo controle do tráfico – crimes, de um modo geral. As causas, conseqüências e soluções para o problema não fazem parte ainda do repertório da imprensa brasileira, que prefere buscar informações sobre o assunto em boletins policiais.

Narcoplantio

Uma única matéria tratou da questão do uso da mão de obra infanto-juvenil no **Narcoplantio**. A publicação conta o caso de um pai que põe os próprios filhos a trabalhar nesse tipo de cultivo, no estado de Alagoas.

Trabalho Infantil Doméstico

Os temas relacionados ao **Trabalho Infantil Doméstico** começaram, a partir de 2002, a atrair de forma mais freqüente a atenção dos veículos de comunicação e aparecem em reportagens mais qualificadas. Além de apresentar o problema, esses textos trazem informações sobre onde denunciar e os riscos aos quais estão submetidas as crianças sujeitas a essa situação. Mas, há ainda equívocos até mesmo em relação à legislação: uma matéria apontou como 14 anos a idade permitida para esse tipo de atividade e, inclusive, para a obtenção da Carteira de Trabalho por jovens nessa situação. O correto seria 16 anos, já que o trabalho doméstico não está entre as atividades que permitem a contratação como aprendiz.

Agricultura Familiar

Crianças trabalhando na **Agricultura Familiar** também é assunto pouco discutido. O tamanho do país e a distância entre as redações e os locais onde ocorre o problema, além da falta de informações, fazem com que a questão esteja ausente do noticiário. As matérias que informam sobre esse tipo de exploração, o fazem pelo viés da “saúde”, tratando geralmente de casos de intoxicação por agrotóxicos. Não há nas matérias sobre essa forma de trabalho, assim como nos demais tipos de trabalho infantil que aparecem no material analisado (casas de farinha, lixões, Ceasa, carvoarias, plantações de café, por exemplo), reportagens que investiguem o papel do explorador. Afinal, quem está lucrando com o trabalho de crianças e adolescentes? As fontes de informação precisam estar atentas a esta questão e incentivar a inclusão desse debate na mídia.

Exploração sexual comercial

Merece destaque a abordagem ao tema **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**, que representou 11% do material analisado. O intenso debate em torno do assunto tem provocado mudanças na cobertura: a capacitação de agentes para a prevenção, a necessidade de tratamento e de mais informação são aspectos mencionados nas reportagens. As ações de combate dos governos locais e a atuação de organizações não-governamentais, além do Projeto Sentinela, são outros assuntos correlatos abordados.

Nesse tema, uma notícia que recebeu amplo espaço foi a presença do presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o deputado distrital Benício Tavares (PMDB), em um barco onde se caracterizou a ocorrência de turismo sexual, no rio Amazonas.

Outros assuntos

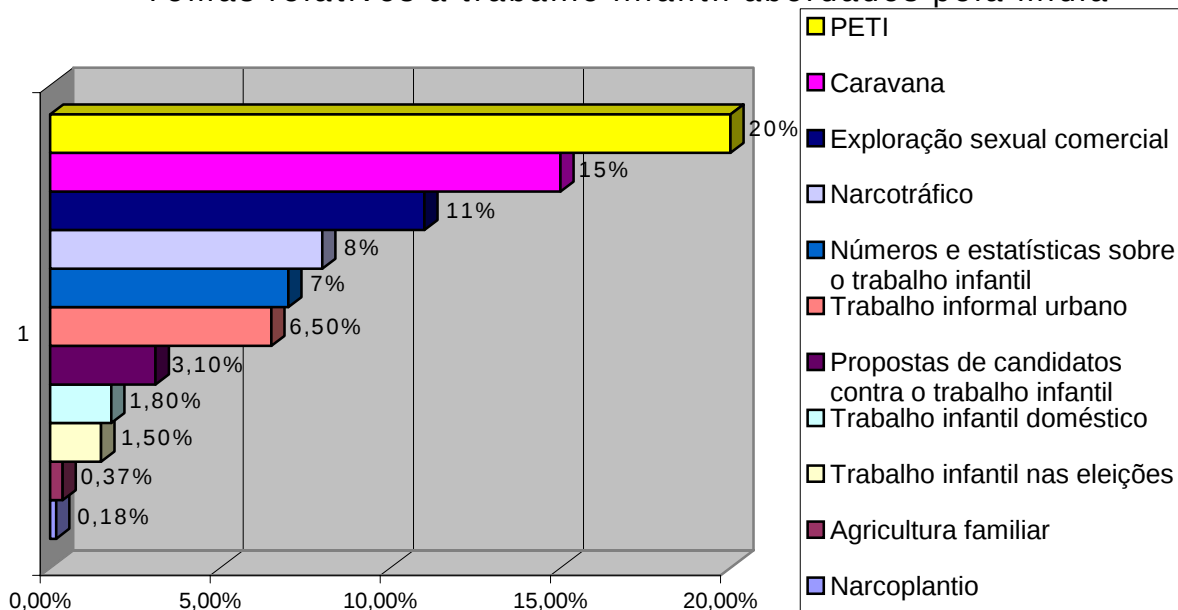
Caravana

Uma atividade que chamou a atenção da imprensa foi a *Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil*. O movimento ecoou fortemente na imprensa, deixando registrado o compromisso que os governantes assumiram diante dos adolescentes para pôr fim à exploração. Em alguns casos, uma leitura mais atenta mostra que a imprensa deu mais destaque aos governos locais do que à própria mobilização. Um descompasso também percebido pelos atores envolvidos com a realização do evento. Em todo o caso, houve boa repercussão na mídia, somando cerca de 15% do material publicado.

Eleições

A época analisada coincidiu com a campanha eleitoral para prefeitos e aí surge uma nova forma de exploração: a utilização de crianças e adolescentes nas atividades de panfletagem e, até mesmo, de boca de urna. A imprensa denunciou o problema, em vários estados, e noticiou medidas do sistema de justiça para evitar mais irregularidades. Nesse aspecto, vale ressaltar a publicação, por diversos veículos, de propostas dos candidatos que incluíam a garantia e a proteção aos direitos da criança e do adolescente. A realização de debates e a mobilização de conselhos de direitos e conselhos tutelares para incluir na agenda dos candidatos a discussão dos problemas que afetam infância e juventude também viraram notícia. Aliás, este foi um dos poucos momentos em que fontes importantes e fundamentais – que são os conselheiros – foram ouvidas.

Temas relativos a trabalho infantil abordados pela mídia



Observação: As demais reportagens (36,55% do total) tratam de temas gerais relativos a trabalho infantil e ações das três esferas de governo, entidades internacionais e organizações não governamentais. Ao todo foram analisadas 535 matérias, publicadas entre 22 de julho e 5 de outubro de 2004.

Destques

Leia a seguir resumos de reportagens publicadas por jornais e revistas sobre trabalho infantil no período de 22 de julho a 5 de outubro de 2004

Maioria das crianças que trabalham nas ruas do Rio está matriculada em escola

Levantamento mostra ainda que a atividade de malabarista é a mais comum (32% das crianças), seguida da de pedinte (8%) e da de vendedor (8%)

De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, apenas 3,7% das crianças que trabalham nas ruas das zonas sul e norte da capital estão fora da escola. De 380 meninos e meninas das zonas sul e norte que trabalham nas ruas, a secretaria confirmou que 82,6% estão matriculados. Em 13,7% dos casos, ainda não foi possível checar se elas estudam ou não. O levantamento mostra também que a atividade de malabarista é a mais comum (32% das crianças), seguida da de pedinte (8%) e da de vendedor (8%). Para o psicólogo Cláudio de Oliveira, conselheiro do Conselho Tutelar de Vila Isabel, o fato de a maioria dessas crianças estarem na escola mostra que a estratégia de intervenção do poder público tem que ser muito mais eficiente e complexa para atacar o problema.

Projeto - As atividades artísticas são a isca utilizada pela da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio para atrair os meninos para o projeto *Trupe da Criança*. São oferecidos cursos de acrobacia, trapézio, artes cênicas, capoeira e música. Além disso, disponibiliza aos pais, que retirarem as crianças das ruas, uma bolsa mensal de R\$ 110 por um ano, desde que a criança frequente a escola. Os pais dos participantes são encaminhados ainda a cursos de cidadania, de pequenos negócios e de empreendimento. *(Folha de S. Paulo, 25/7 - Antônio Góis)*

Governo e UNICEF divulgam análise do PETI

Segundo o relatório, os municípios reconhecem que o Peti diminui o trabalho infantil

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) ampliou em cerca de 116 mil o número de vagas para o Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI) em todo o país. Porém, de acordo com os dados da Análise Situacional do programa, divulgada este mês pelo UNICEF e pelo Ministério, 80% dos municípios ainda possuem problemas na execução do Peti devido a razões financeiras. No município sergipano de Ribeirópolis, por exemplo, foram solicitadas uma média de 300 vagas, mas apenas 10% foram efetivadas. Apesar dessa dificuldade, de acordo com a análise, 98% dos 1.603 municípios pesquisados reconhecem que o Peti contribuiu na redução do trabalho infantil. A pesquisa foi realizada em 62% dos municípios nos quais o programa é desenvolvido.

(Correio de Sergipe, 27/7)

Denúncia: falta de fiscalização faz famílias trocarem *Peti* por *Bolsa Família*

Com valor maior e sem a obrigação de ficar ocupada todo o dia na escola, o Bolsa Família deixa a criança livre para trabalhar ou ajudar em casa em pelo menos um dos turnos

Apenas no mês de maio, 130 crianças no município alagoano de Arapiraca abandonaram o *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)*, a maioria por causa do *Bolsa-Família*. Com valor maior e sem a obrigação de ficar ocupada o dia inteiro na escola, a criança fica livre para trabalhar ou ajudar em casa em pelo menos um dos turnos. "Eu gostava de ir, mas minha mãe achou melhor eu não ir mais", conta a adolescente de 14 anos que, assim como dois de seus irmãos, não participa do *Peti* desde maio. "O *Bolsa-Família* passou a concorrer com o *Peti*", avalia Elvira Cosendey, coordenadora do Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (Gectipa) de Minas Gerais, estado onde também foi detectado o problema. Segundo ela, os programas acabam sendo projetos antagônicos, em vez de complementares. "A bolsa teria de vir acompanhada de projetos de esporte e lazer, além da escola", analisa.

Sobreposição de cadastros - De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, serão intensificadas as ações para identificar crianças do programa *Bolsa-Família* que estejam trabalhando. O secretário do programa, André Teixeira, admite que os coordenadores dos principais projetos contra a pobreza administrados pelo Governo Federal – o *Bolsa-Família* e o *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)* – não conversam entre si. O cadastro do *Peti* é separado do cadastro único, que embasa o *Bolsa-Família*. Com isso, as sobreposições são inevitáveis e as famílias que estão no *Peti* começam a receber também o *Bolsa-Família* e terminam migrando para o programa que paga mais e não prende a criança o dia inteiro. Segundo Teixeira, o Governo Federal recebeu recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para unificar os dois cadastros, o que deve acontecer até julho de 2005.

(O Estado de S. Paulo, 19/9 – Lissandra Paraguassú)

A ANDI discutiu essa reportagem com os participantes da *Oficina de Capacitação de Fontes em Comunicação sobre as Piores Formas do Trabalho Infantil* (realizada entre setembro e novembro deste ano, em cinco estados do País). As observações de especialistas indicam que mais do que denunciar que os programas sociais brasileiros precisam ser ajustados, a reportagem mostra que as crianças tomam parte em atividades classificadas como "piores formas de trabalho infantil", ou seja, aquelas consideradas mais perigosas, insalubres ou penosas. A matéria registra a história de meninos e meninas que recebem o *Bolsa-Família* e, mesmo assim, trabalham na cultura do fumo em Arapiraca-AL, atividade na qual sofrem contaminação por agrotóxicos. Há também casos de crianças no trabalho informal urbano e catadoras de caranguejo.

Escrita por uma Jornalista Amiga da Criança, que muito tem se preocupado com a qualificação de seus textos sobre o tema, e apesar de apresentar uma abordagem consistente, a reportagem não observou a legislação no que diz respeito à identificação de crianças em situação de risco. As fotos e o texto expõem meninos e meninas trabalhadores que deveriam ter sua identidade resguardada, para não correrem o perigo de ficarem estigmatizados ou sofrerem represália. E, um dos elementos fundamentais que oportunamente a reportagem deveria trazer ficou ausente: quem são os exploradores/"contratantes" dessa mão-de-obra infantil? Eles não devem sofrer algum tipo de punição e fiscalização por parte do Ministério do Trabalho? Essas questões não foram contempladas na reportagem. Mais uma vez, a criança e sua família ficam responsabilizadas por sua condição, quando, na verdade todos nós somos responsáveis: Estado, família e sociedade, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Exposição fotográfica reúne trabalhos de crianças

Iniciativa é parte do projeto Luz das Carvoarias, da ONG Girassolidário (Rede ANDI)

Uma exposição fotográfica em Campo Grande (MS) vai reunir trabalho de crianças cujos pais trabalham em carvoarias. Integrante do *Projeto Luz das Carvoarias* - desenvolvido pela Girassolidário - Agência em Defesa da Infância com o apoio do Fundo de Investimentos Culturais e Vivo –, a garotada utilizou a fotografia para retratar o cotidiano de suas famílias. Segundo Patrícia Nascimento, coordenadora do projeto, o objetivo é "dar a oportunidade para que crianças despertem o olhar para a arte utilizando a fotografia como ferramenta". O lançamento da exposição, que até novembro percorre universidades e museus de Campo Grande, será no próximo dia 21 de agosto na capital.

O projeto - O *Luz das Carvoarias* é uma atividade do programa *Direito de Crescer*, da Girassolidário com o Instituto Kinder do Brasil, fundação suíça que desenvolve programas sociais no País. Atende filhos de famílias carvoeiras em Ribas do Rio Pardo (MS), que ficou conhecida por explorar a mão-de-obra infantil na produção de carvão.

(Primeira Hora, 20 / 8)

Fotos do projeto Luz das Carvoarias



Caravana Nacional

Durante o período desta análise, a Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil percorreu o Nordeste brasileiro e entrou na Região Norte. A iniciativa, que marca a primeira década do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, chamou a atenção da mídia por onde passou.

Caravana Nacional contra o Trabalho Infantil chega hoje à Bahia

O estado é o 8º a receber o grupo que está percorrendo o País com um manifesto sobre a situação do trabalho infantil no Brasil

A Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil chega hoje (27) à Bahia, onde será recebida pelo governador Paulo Souto. O grupo – formado por participantes de entidades governamentais e não-governamentais, além de crianças e adolescentes – vem, desde o dia 12 do mês passado, promovendo audiências públicas com governadores de todo o Brasil. Durante o encontro, o governador Paulo Souto vai apresentar ao grupo os resultados já alcançados pelo governo baiano nas ações de combate à prática. Dentre elas, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que atende 118 mil crianças e adolescentes entre sete e 15 anos, em 93 municípios do estado.

Manifesto nacional - O estado baiano é o 8º a receber o grupo que está percorrendo o País com um manifesto sobre a situação do trabalho infantil no Brasil. Em novembro, será a vez do presidente Luiz Inácio Lula da Silva receber os representantes das caravanas de todos os estados, num grande evento comemorativo.

(Tribuna da Bahia, 27/7)

Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil chega a Sergipe

O grupo entregará ao governador do estado um cata-vento, símbolo da campanha. Durante o encontro, João Alves Filho assinará um termo de compromisso com ações pela erradicação do trabalho infantil em Sergipe

A Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil chega hoje (28) a Sergipe, depois de passar por oito capitais. O grupo será recebido pelo governador João Alves Filho e uma comissão formada por um casal de adolescentes e pela secretária executiva do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Maria de Oliveira. Os adolescentes entregarão ao governador um cata-vento, símbolo da campanha. João Alves Filho assinará um termo de compromisso com ações pela erradicação do trabalho infantil no estado. O encontro faz parte da programação da Caravana, que percorrerá outras cidades brasileiras e se encerrará com uma solenidade com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A próxima parada da Caravana é o estado de Alagoas.

(Jornal da Cidade-SE - 28/07)

Caravana pela Erradicação do Trabalho Infantil chega a Alagoas

Segundo a OIT, 90 mil crianças ainda são exploradas no estado

Alagoas recebe hoje (5) a *Caravana Nacional contra o Trabalho Infantil*. Os integrantes trazem um *Termo de Compromisso* que deverá ser assinado pelo governador Ronaldo Lessa, numa audiência marcada para as 15h, no Palácio dos Martírios. Com o compromisso de combater o trabalho infantil por meio da ampliação da jornada nas escolas da rede pública, o termo já foi assinado por nove governantes, segundo a procuradora do Trabalho Virgínia Gonçalves Ferreira. Ela informou que o maior avanço registrado foi com o governo do Rio Grande do Sul, que assinou o documento e implantou a jornada ampliada em todas as escolas da rede estadual, com atividades complementares de reforço escolar, ações culturais e de lazer e alimentação. Em Alagoas, cerca de 50 mil crianças estão incluídas no *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)*, do Governo Federal. No entanto, cerca de 90 mil ainda se encontram em situações caracterizadas como trabalho infantil, segundo a Organização Internacional do Trabalho.

(Gazeta de Alagoas, 5/8 – Fátima Almeida)

Pernambuco assina pacto contra exploração do trabalho infantil

Ontem, a Caravana Nacional contra o Trabalho Infantil encontrou-se com o governador do estado. Próxima parada do grupo é a Paraíba

O governador do estado de Pernambuco Jarbas Vasconcelos recebeu ontem (16), no Palácio do Campo das Princesas, uma caravana formada por crianças e adolescentes egressos do trabalho infantil no estado. O objetivo do grupo, composto por 55 jovens, era conseguir de Jarbas uma assinatura que firma o compromisso do chefe do executivo em erradicar essa forma de exploração infanto-juvenil. A Caravana Nacional contra o Trabalho Infantil já percorreu todos os estados do Sudeste e do Sul. Pernambuco é o quarto do Nordeste a receber a visita das crianças. O movimento faz parte das comemorações de dez anos de atuação do *Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil*. Segundo a coordenadora do Fórum Nacional, Isa de Oliveira, o objetivo é que o documento seja entregue ao presidente Lula em dezembro. "A erradicação do trabalho infantil é uma responsabilidade internacional assumida pelo Governo Federal em 2000, mas para tal é preciso o esforço dos três níveis de Governo", disse. Amanhã (18), nove meninos e meninas, representando Pernambuco, viajam para a Paraíba.

Atividade irregular – Pernambuco ocupa atualmente o terceiro lugar no *ranking* de exploração de crianças entre 5 e 15 anos, ficando atrás apenas do Maranhão e do Piauí. Segundo dados do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, 237 mil pernambucanos nessa faixa etária estão em atividades profissionais irregulares.

(Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco, Jorge Cavalcanti, Jornal do Commercio, 17/8)

Natal recebe hoje Caravana contra o Trabalho Infantil

O Rio Grande do Norte é o 13º estado a firmar o pacto pela erradicação dessa exploração

A *Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil* chega hoje (24) à Natal, com o objetivo de mobilizar a sociedade potiguar para o debate a respeito dos problemas derivados dessa forma de exploração. O Rio Grande do Norte é o 13º estado brasileiro a receber a iniciativa, que começou a circular no dia 18 de junho. A parada final será em Brasília, no mês de novembro, quando o *Fórum Nacional de Combate ao Trabalho Infantil*

e *Proteção ao Trabalhador Adolescente* completa dez anos de existência. O evento de hoje começa com a concentração de mil crianças e adolescentes participantes do *Peti* na Praça Pedro Velho, às 15h, que seguirão em caminhada até o Palácio da Cultura, onde a governadora Wilma de Faria assinará o termo de compromisso do estado com a *Caravana*.

(Tribuna do Norte-RN, 24/8)

Governador do Ceará assina termo de compromisso contra o trabalho infantil

No estado, 236 mil crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos de idade trabalham. O número corresponde a 12,55% da população dessa faixa etária

O Ceará é o mais novo estado a formalizar a luta pelo fim do trabalho infantil. Ontem (31), o governador Lúcio Alcântara assinou o termo de compromisso para erradicação dessa forma de exploração. Na ocasião, a *Caravana Nacional contra o Trabalho Infantil* entregou uma carta aberta ao governador, junto com um cata-vento, símbolo da luta contra o problema. O documento pede a ampliação do número de escolas públicas, a criação de centros profissionalizantes para pais e mães e a criação de campanhas que combatam o mito de que o trabalho infantil é bom para a formação da criança. A solenidade contou com a participação de coordenadores do Fórum Nacional e cearenses pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente (Feeti), além de meninos e meninas participantes do *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*.

Trabalho infantil - No Ceará, 236 mil crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos de idade trabalham, o que corresponde a 12,55% da população dessa faixa etária. Os dados foram obtidos pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, e não contam os casos de trabalho infantil doméstico. No estado, 12,8 mil crianças e adolescentes são beneficiadas pelo *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)*, em 64 municípios. Em breve, mais 28 municípios passarão a ser atendidos, beneficiando 19,6 mil crianças.

(Diário do Nordeste, 1/9)

Piauí firma compromisso pelo fim do Trabalho Infantil

O estado recebeu ontem a Caravana que está percorrendo o Brasil para pedir o fim dessa forma de exploração

Cinco adolescentes oriundos de trabalho infantil no Piauí entregaram ontem (8) ao governador Wellington Dias uma carta aberta pedindo o fim desse tipo de exploração no estado. A Carta é uma das iniciativas da *Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil*, movimento que já passou por outros 14 estados brasileiros e deverá chegar a Brasília no próximo dia 29 de novembro. Na ocasião, as cartas abertas de todos os estados deverão ser entregues ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Além da carta, o governador piauiense recebeu o cata-vento, símbolo da luta contra o trabalho infantil, e também assinou um termo de compromisso com a causa.

(Meio Norte-PI, 9/9)

Crianças vão as ruas de São Luís protestar contra o trabalho infantil

Crianças e adolescentes percorreram as ruas do centro e foram ao palácio do governo

Em dia de mobilização histórica na capital, cerca de 350 crianças e adolescentes, assistidas pelo *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)*, juntamente com o *Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil*, se reuniram

para protestar contra essa forma de exploração. Os jovens integram a *Caravana pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil*. Eles percorreram em passeata, ontem (13), as ruas do centro de São Luís até a sede do governo do estado e foram propor ao governador, em audiência no Palácio dos Leões, a assinatura de um Termo de Compromisso para a implementação de ações voltadas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil. No Maranhão, de cada seis crianças e adolescentes, entre cinco e 15 anos, uma encontra-se em situação de trabalho. Esse dado representa 225 mil crianças trabalhando no estado – 65% delas estão nas áreas rurais. Proporcionalmente, o estado é o que mais utiliza mão-de-obra de jovens nessa faixa etária. A *Caravana pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil* já visitou 16 estados no país e vem propondo aos governos estaduais a assinatura do Termo de Compromisso.

Carta aberta - De acordo com Isa Oliveira, secretária-executiva do *Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil*, “estamos celebrando 10 anos de criação do Fórum e, com a caravana, pretendemos fazer uma grande mobilização e sensibilização nacional para erradicarmos o trabalho infantil do cenário brasileiro”. Além da assinatura do Termo de Compromisso, os jovens entregaram ao governador uma carta aberta, na qual pedem que as políticas públicas garantam trabalho para os pais, escola, práticas esportivas e oportunidades de acesso à cultura. Isa Oliveira afirma que o Fórum vem propondo aos governadores um maior diálogo com a sociedade civil, uma articulação das políticas públicas e avaliação de que o Peti não é mais suficiente para o atendimento das demandas estaduais e municipais. Depois de passar pelo Maranhão, a Caravana segue dia 20 para o estado do Tocantins. A intenção do fórum é levar, no final do ano, o Termo de Compromisso para ser assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A comitiva que levará o documento ao presidente será formada por um jovem de cada estado.

(O Imparcial-MA, Jornal Pequeno-MA, O Estado do Maranhão, 14/9)

Chega hoje a Belém caravana pelo combate ao trabalho infantil

O Pará é o 18º estado a receber a comitiva. Só no estado 134,8 mil crianças e adolescentes são vítimas desse tipo de exploração

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/OIT) de 2001, apontam que no Brasil há 3,094 milhões de crianças entre cinco e 15 anos vítimas do trabalho infantil. Só no Pará, 134,8 mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalham. Objetivando mudar essa realidade, chega hoje (29) a Belém a *Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil*. A comitiva vai entregar ao governador Simão Jatene o cata-vento, símbolo da campanha, além de uma carta aberta. O documento traz denúncias das principais práticas de trabalho infantil no estado e as regiões de maior foco do problema. Ainda durante a solenidade, Jatene assinará um termo no qual o Pará se compromete a engajar-se na luta contra o problema, implementando ações voltadas para a prevenção e erradicação dessa forma de exploração. De acordo com a Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social (Seteps), 30,6 mil crianças estão inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), em 142 municípios paraenses.

Campanha - O Pará é o 18º estado a receber a *Caravana*. A jornada teve início em 12 de junho deste ano – *Dia Mundial contra o Trabalho Infantil* –, no Rio Grande do Sul. Este ano, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, realizador da empreitada, completa 10 anos.

(Diário do Pará, 29/9)

Trabalho Infantil Doméstico

Serviço doméstico emprega 500 mil crianças

Segundo Renato Mendes, coordenador do Projeto de Trabalho Infantil Doméstico da OIT, a atividade afeta a saúde, os estudos e o futuro do jovem nessa situação

Atualmente, no Brasil, quase meio milhão de crianças e adolescentes são vítimas do trabalho doméstico, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A atividade, segundo o coordenador do Projeto de Trabalho Infantil Doméstico da organização, Renato Mendes, afeta a saúde, os estudos e o futuro do jovem. Além disso, destaca, as adultas passam a disputar um emprego com a criança ou adolescente, “reforçando o ciclo da exclusão e afetando socialmente e economicamente o País”. Nos próximos três anos, a OIT vai financiar projetos do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, que está sendo formulado pelo Governo Federal. Desde o ano passado, o Ministério do Trabalho, por meio da Secretaria do Trabalho, repassa verbas aos estados para que sejam realizadas em organizações conveniadas, como o Senac, cursos de qualificação profissional para trabalhadores domésticos. Os cursos fazem parte das ações do Plano Nacional de Qualificação (PNQ). São realizados em todos os estados brasileiros e, só no primeiro semestre de 2004, já qualificaram cerca de 1500 profissionais.

(Gazeta Mercantil, 2 / 8 - Luciana Vasconcelos)

Mobilização

Entidades de MG se unem no combate à exploração do trabalho infantil

Pais serão convocados e podem responder judicialmente caso a criança continue sendo explorada

Entidades ligadas à defesa dos direitos da criança e do adolescente se reunirão no dia 17 de setembro para discutir a implementação do projeto de combate à exploração da mão-de-obra infantil em Belo Horizonte-MG. Segundo a promotora da Vara da Infância e da Juventude, Maria de Lurdes, a idéia é torná-lo permanente para o atendimento às famílias. A Prefeitura de Belo Horizonte fez um levantamento do número de crianças que trabalham hoje nas ruas. Depois de cadastrá-las, a promotoria irá convocar as famílias. “Devemos elaborar um documento de compromisso para as famílias, orientando-as a tirarem seus filhos das ruas. Caso persistem no erro, os pais poderão responder judicialmente por essa exploração”, afirma a promotora. Diversos órgãos envolvidos deverão promover uma campanha publicitária incentivando as pessoas a denunciarem o trabalho infantil.

(O Tempo-MG, 9 / 9 - Magali Simone)

Exploração Sexual Comercial

Naufrágio traz suspeita de exploração sexual infanto-juvenil no Amazonas

Entre as vítimas fatais havia meninas vistas antes com turistas estrangeiros. A Delegacia Especializada em Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente vai investigar

O naufrágio do barco *Princesa Laura*, no Amazonas, no último domingo (19), revelou um suposto esquema de turismo sexual infanto-juvenil na cidade de Barcelos, pólo de pesca esportiva no Amazonas. Familiares de cinco das 11 vítimas do acidente contaram que várias adolescentes vinham da cidade depois de participarem de encontros com turistas. Pelo menos duas viajavam escondidas e sem a permissão dos pais. A Delegacia Especializada em Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente abriu inquérito ontem (20) para investigar o caso. Enquanto aguardava a liberação do corpo da filha, uma das vítimas do naufrágio, o professor Kennedy Nogueira diz ter ouvido de duas adolescentes que a filha e outras 16 meninas teriam sido levadas para o município por uma mulher identificada apenas como "Dil". Das 16, cinco teriam voltado no barco que naufragou com os R\$800 pagos pela tal mulher. O barco *Princesa Laura* fazia a rota Manaus-Barcelos-Manaus e naufragou após ser tombado por fortes ventos de um temporal.

(A Crítica-AM; Amazonas em Tempo; Diário do Amazonas, Eláise Farias e Mariane Cruz; O Estado do Amazonas, - Gisele Vaz e Lincon Ribeiro – 21/9)

Investigada participação de deputado em turismo sexual no Amazonas

Segundo investigações, empresários e políticos de SP e Brasília passaram pela embarcação que viria a naufragar e expor a rota de exploração sexual.

Ao investigar nova rota de exploração sexual infanto-juvenil na capital amazonense, a Delegacia Especializada de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente descobriu a participação de empresários e políticos de São Paulo e Brasília. De acordo com as apurações, pelo menos 15 homens nesse perfil participaram do passeio em um iate de luxo que teve como destino a cidade de Barcelos. Um dos nomes citados é o do presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Benício Tavares (PMDB). O deputado é suspeito de ter realizado programas com adolescentes contratadas para participar da viagem. Três, das 17 meninas, disseram em depoimento à delegada Maria das Graças da Silva, que Benício esteve no iate nos últimos dias 17, 18 e 19. Segundo a delegada, assim que tiver o restante dos depoimentos — de outras garotas, pais e aliciadores — será enviada à Delegacia da Criança e do Adolescente de Brasília uma carta precatória solicitando que o parlamentar seja interrogado sobre a suposta participação no caso.

Vigilância – A nova rota de exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes foi exposta com o naufrágio da embarcação *Princesa Laura*, no último dia 19, quando morreram cinco jovens, duas delas com menos de 18 anos. Segundo pesquisa do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), das 76 rotas internacionais e interestaduais de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes no Norte, 20 partem de Manaus.

O deputado – Em nota oficial, o presidente da Câmara Legislativa do DF, Benício Tavares

(PMDB), confirma a viagem a Manaus entre os dias 17 e 22 de setembro, mas nega ter mantido relacionamentos com adolescentes durante o passeio. Segundo o documento, o parlamentar foi à capital do Amazonas participar da temporada de pesca no rio Negro.

(Correio Braziliense, Sandra Lima e Ana Maria Campos; Folha de S. Paulo; A Crítica-AM, Antônio Paulo; Amazonas em Tempo; O Estado do Amazonas - 28/9)

O naufrágio levantou a suspeita da participação de políticos de Brasília e empresários de São Paulo nos crimes de exploração sexual cometidos a bordo do barco. Segundo uma das vítimas, o deputado Benício Tavares, presidente da Câmara Legislativa do DF, teria sido cliente da rede de exploração durante uma temporada de pesca em agosto. A suspeita sobre o envolvimento do deputado foi bastante abordada por diversos veículos. É interessante notar, entretanto, que os jornais publicaram diferentes versões sobre o fato. Em entrevista ao Correio Braziliense, a delegada Maria das Graças, que é chefe da Delegacia de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente (Deapca), quando argüida sobre a possível culpa do deputado, é categórica: "No meu entendimento, ele é culpado. Há provas suficientes". Já o Jornal de Brasília desacredita a informação, quando afirma que a mesma fonte teria dito que "não tem elementos suficientes para indiciar o parlamentar". O acidente no Amazonas confirma um cenário bastante comum na exploração sexual de crianças e adolescentes. A CPMI do Congresso Nacional que investigou essa questão concluiu, entre outras coisas, que a prática do turismo sexual não está restrita às cidades litorâneas do País. O envolvimento de autoridades nesses crimes foi outra constatação da comissão, que, no seu relatório final, pediu o indiciamento de cerca de 250 pessoas, entre políticos, empresários, líderes religiosos, policiais e magistrados. Durante a votação do documento, o nome de um dos acusados, o vice-governador do Amazonas, Omar Aziz, foi retirado graças à intervenção de políticos como o deputado federal Artur Virgílio Neto. No caso do de Benício Tavares, houve movimentação por parte da Câmara Legislativa do DF para que as investigações andassem a passos curtos. Os procedimentos para a abertura da investigação, por exemplo, tiveram que ser refeitos por suposta quebra de decoro parlamentar. Ao final do processo, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar resolveu pelo arquivamento. O deputado continua presidindo o Poder Legislativo do Distrito Federal.

Exploração sexual infantil é debatida em MG

O I Seminário do Leste de Mineiro de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes discutiu a implementação de uma rede de atendimento a vítimas e combate ao crime

A cidade mineira de Governador Valadares foi palco, na última sexta-feira (27), do I Seminário do Leste de Mineiro de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. O evento discutiu um novo sistema de combate ao crime, buscando articular a implementação da garantia dos direitos das vítimas. "Nosso objetivo é formar uma rede de atendimento, para que a criança de uma cidade possa ser acolhida e acompanhada em outra", conta a assistente social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, Leia Coelho. Além da pasta, o evento contou com a participação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, e com a parceria da Visão Mundial, do programa *Sentinela* e do Fórum de Organizações dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Leste Mineiro.

(Diário do Rio Doce-MG, 27/08, Luana Luz)

Campanhas elevam número de denúncias de exploração sexual em MG

Até maio, o estado registrava, em média, 2,8 denúncias mensais. Atualmente, são 13,3.

A média mensal de denúncias de exploração sexual ao Disque-Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedese) em Minas Gerais cresceu 376% de junho a agosto deste ano, em relação ao contabilizado nos cinco meses anteriores. Até maio, em média, eram feitas 2,8 denúncias desse tipo por mês. Atualmente, são 13,3. Já denúncias de violência sexual intrafamiliar quadruplicaram, pulando de uma para cinco denúncias mensais. A informação é do superintendente estadual da Criança e do Adolescente, Túlio Lamounier. Para ele, o crescimento da média mensal de denúncias não representa um aumento do número de casos, mas reflete o sucesso da campanha feita em junho passado, direcionada aos caminhoneiros.

Nova iniciativa – O governo mineiro promove uma nova campanha para conscientizar a população sobre a importância de se combater todas as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes. Até o próximo dia 23, professores, pais e estudantes das 3.936 escolas públicas estaduais vão debater o tema. As escolas estarão interligadas. Todos poderão fazer perguntas em tempo real. Quem não tiver parabólica em casa, pode ir a qualquer escola, pedir para assistir e participar da discussão.

(O Tempo - MG, 21/09)

Cartilha informa jovens sobre Abuso e Exploração Sexual

Baseada no ECA, a publicação Jovens Interagindo foi criada pela ONG Oficina de Imagens (Rede ANDI) para conscientizar a população sobre crimes sexuais contra crianças

Em formato de gibi será usada como instrumento para auxiliar o público infanto-juvenil a compreender o que são o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Baseada em pontos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a *Jovens Interagindo* foi criada pela Oficina de Imagens com o objetivo de conscientizar a sociedade a fim de evitar que esses crimes continuem acontecendo.

(O Tempo-MG, 22/9)

Turistas franceses envolvidos em crimes sexuais contra crianças e adolescentes terão tratamento rígido

Onze países receberam proposta de cooperação para reprimir o turismo sexual

A França vai propor ao governo do Brasil – além de outros 11 países – a assinatura de um acordo bilateral que permita punir com maior rigor os cidadãos franceses que forem flagrados praticando turismo sexual que envolva crianças ou adolescentes. A proposta foi apresentada pelo governo francês na forma de um texto elaborado pela ONG *La Voix de l'Enfant* (A Voz da Criança). "O acordo prevê desenvolver a cooperação judicial e policial para reprimir crimes de caráter sexual em que estejam envolvidos adolescentes e cujos autores sejam cidadãos franceses", estipula o texto. Os signatários do acordo se comprometeriam a criar um selo de qualidade, com o slogan *Turismo que respeita as Crianças*, para os profissionais do turismo. "É uma forma de alertar e sensibilizar os europeus que viajam ao exterior", alega a atriz Carole Bouquet, diretora da ONG. O documento, entretanto, frisa que qualquer medida não terá efeito caso não se ataque a principal causa do problema da exploração sexual infantil: a pobreza nos países que toleram o turismo sexual. Para tanto, empresas francesas instaladas nos países afetados serão incentivadas a colaborar e receber como aprendizes crianças com mais de 14 anos.

(Jornal da Tarde-SP, 10/9)

Busca de Soluções

Jovens trocam trabalho em olaria por educação

Capitaneado pela Fundação BankBoston, o Projeto Russas tem contribuído com a erradicação do trabalho infantil no município cearense

Na cidade de Russas-CE, mais de 300 crianças e jovens com idades entre 7 a 18 anos e que trabalhavam em olarias agora se dedicam à educação e a brincadeiras. Eles fazem parte do *Projeto Russas*, capitaneado pela Fundação BankBoston. A iniciativa também se estende a seus pais. As crianças e jovens que participam do projeto estudam em um período e, no outro, participam de atividades lúdicas e de formação profissional. Segundo Sonia Favaretto, superintendente da fundação, a contribuição ajudou a erradicar o trabalho infantil no município e a realizar cursos e atividades profissionalizantes para os pais. Na área da saúde, ela destaca a fabricação de uma mistura que combate a desnutrição infantil e a da gestante. Cerca de 650 funcionários deram início ao projeto em 1999. A soma dos recursos dos funcionários e da fundação destinados ao projeto alcançou R\$ 405 mil de 1999 a 2003.

(Folha de S. Paulo, 4/10)

Números

Dezessete milhões de crianças com menos de 15 anos trabalham na AL

Segundo a OIT, outros 2 milhões são vítimas de exploração sexual

De um total de 246 milhões de crianças com menos de 15 anos trabalhando em todo o mundo, 17 milhões são latino-americanas. No entanto, é preciso acrescentar a essa estatística outros 2 milhões, entre 5 e 17 anos, que são sexualmente explorados, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Na linguagem das convenções internacionais, a exploração sexual da criança também faz parte do universo do trabalho infantil, assim como a escravidão, a servidão por dívidas, o recrutamento forçado em conflitos armados, a pornografia e o narcotráfico.

Brasil – Segundo a OIT, em 2002, no Brasil, 62% dos trabalhadores infantis estavam nas cidades. Enquanto isso, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) aponta que o campo concentra 47% do problema atualmente. O primeiro passo para atacar esse tipo de exploração foi dado em 13 de julho de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No País, milhares de meninos e meninas com idades entre 10 e 17 anos são explorados sexualmente. No início de julho, o Congresso brasileiro pediu a investigação de quase 250 pessoas por exploração sexual contra esses jovens. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual recebeu 850 denúncias e reuniu indícios de que pelo menos 120 pessoas teriam participação no processo.

(Correio Braziliense, 8 e 9/8 – Paloma Oliveto)

Para qualificar a informação

A qualidade da cobertura jornalística é responsabilidade dos profissionais de imprensa e também das fontes de informação, que têm um papel fundamental nesse processo. Todos devem ter consciência de que a informação é um bem público e que, por isso, precisa ser compartilhada com a sociedade.

Recomendações para fontes

- É fundamental uma maior aproximação das fontes com os formadores de opinião. As fontes devem ser pró-ativas, pautando a mídia, conversando com jornalistas pessoalmente e chamando a atenção para a violação de direitos.
- A produção de estudos facilita a inserção da problemática da exploração de mão-de-obra infanto-juvenil nos veículos de comunicação. Por isso, é importante dispor do maior número de pesquisas, programas e publicações para que o tema esteja sempre em pauta e os dados sempre à mão.
- Entidades que lidam com o combate ao Trabalho Infantil devem se preocupar em tornar o que fazem mais atrativo para a mídia e profissionalizar essa relação. A contratação de assessores de imprensa ou a elaboração de uma política de comunicação pode melhorar a qualidade da relação com os jornalistas e, conseqüentemente, com a população.
- Procure manter uma lista de endereços atualizada com nomes de profissionais de comunicação responsáveis pela cobertura da área ou comprometidos com o combate ao Trabalho Infantil.

Recomendações para jornalistas

- É importante a contextualização do Trabalho Infantil. As matérias devem, na medida do possível, abordar diversos aspectos da questão: relação de mercado, aceitação cultural do trabalho precoce, a situação socioeconômica das famílias, causas, conseqüências e possíveis soluções.
- Além da violência visível, merecem espaço nos veículos de comunicação os prejuízos da falta de brincadeiras e de fantasias que comprometem o desenvolvimento infantil. É fundamental focalizar o resgate do lúdico e do sonho, tão necessários para uma infância integral e uma vida saudável. Esse assunto pode ser abordado em qualquer matéria sobre o trabalho infantil.
- É fundamental tratar as crianças e jovens que trabalham como sujeitos de direitos, respeitando os casos em que eles não podem ser expostos e dando voz àqueles cujos direitos foram violados ou que são protagonistas na sua defesa.
- A utilização de termos como “menor” e de expressões que podem dar vazão a uma leitura pejorativa em relação ao gênero reproduzem e endossam, de forma subjetiva, discriminações e exclusão social. Portanto, é preciso ficar atento não apenas ao conteúdo da matéria, mas à linguagem, evitando o uso de termos que possam ser preconceituosos.

Fonte: *Crianças Invisíveis – O enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração (Série Mídia e Mobilização Social – Vol. 6 – ANDI/OIT/Unicef/Cortez Editora*

Análise de Mídia

Exploração do Trabalho Infantil na Mídia Impressa Nacional

Editada mensalmente, a *Análise de Mídia – Exploração do Trabalho Infantil* apresenta o resumo das principais notícias sobre o tema, veiculadas por cerca de 80 jornais de todo o País e 10 revistas de alcance nacional. Também apresenta resultados estatísticos sobre o tema e comentários analíticos a respeito da cobertura feita por esses veículos de comunicação.

A elaboração deste relatório torna-se possível graças à utilização de um sistema eletrônico de captura de textos e armazenamento de dados desenvolvido para as demandas específicas deste tipo de monitoramento, que possibilita o acesso imediato a qualquer conteúdo publicado no período.

A ANDI acredita que as informações que compõem a presente publicação são recursos para as entidades e parceiros do Programa de Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil da OIT/IPEC no enfrentamento da exploração que atinge milhares de crianças e adolescentes brasileiros. Além de promover a expansão da visão dos atores sociais sobre a mídia e inspirar novas pautas jornalísticas.

Sobre a ANDI

A ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância é uma organização não-governamental cuja missão é contribuir para a construção, nos meios de comunicação, de uma cultura que priorize a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A Agência é reconhecida no Brasil e no exterior como um centro de referência em comunicação para os direitos e o desenvolvimento humano e social. Em 2003 foi escolhida pela organização não-governamental Global Development Network como um dos três projetos sociais mais inovadores do mundo.

Outras informações

A ANDI publica periodicamente boletins voltados para jornalistas e atores sociais, entre eles o *Infância na Mídia Hoje* (diário), *Direto ao Assunto* (mensal) e *Conversa Afiada* (bimestral). Todos eles têm em comum o objetivo de sugerir temas a serem abordados na cobertura jornalística, além de dados estatísticos e fontes de informações.

Ainda no segmento de publicações, são desenvolvidos Guias de Fontes temáticos, com informações sobre os principais personagens do cenário da garantia dos direitos da infância e adolescência. Em 2003, lançou em parceria com o Unicef e a Editora Cortez a série *Mídia e Mobilização Social*, cujos títulos traçam análises editoriais quanti-qualitativas sobre o tratamento que a imprensa brasileira dedica a temas envolvendo crianças e adolescentes, juntamente com sugestões de pautas e definições conceituais.

Para saber mais sobre os produtos e iniciativas da ANDI, acesse o site www.andi.org.br. Se preferir, entre em contato pelo telefone (61) 2102-6508 ou envie um email para drocha@andi.org.br.

É proibida a reprodução de parte ou da totalidade deste material sem prévia autorização da ANDI

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância
SDS - Ed. Boulevard Center - Bloco A - sala 101
Brasília-DF – 70391-900. Fone: (061) 2102-6508. Fax: (061) 2102-6550
www.andi.org.br